

13. ADOLESCENTES MULHERES EM CONFLITO COM A LEI: UM OLHAR SOBRE O CAMPO

Elida Damasceno Braga ¹

Introdução:

As inquietações pela temática surgiram com as inúmeras incursões às unidades que compõem o sistema socioeducativo em Sergipe, durante a minha passagem pelo Batalhão de Choque de Sergipe como soldado da Polícia Militar. O cotidiano dos estabelecimentos que tratam de adolescentes em conflito com a lei em Sergipe assume cada vez mais espaço na mídia, enfatizando, sempre, as questões referentes às violências em diversas rebeliões protagonizadas por eles. As notícias veiculadas sobre as instituições socioeducativas apontam, geralmente, para problemas de indisciplina. Os adolescentes vivem em permanente estado de tensão, para os quais são visibilizadas a rebeldia e insubordinação nos comportamentos inconformados e revoltas coletivas (VICENTIN, 2005).

Meu universo de pesquisa é a juventude. Em particular, a juventude em conflito com a lei. A construção social da ideia de juventude é fruto das leituras e diálogos com os interlocutores do GERTS². A proposta investigativa parte das unidades de internação para adolescentes em Sergipe, com foco na Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves – UNIFEM, na qual as adolescentes em conflito que cumprem medidas de internação são o objeto de estudo.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. elidabraga74@gmail.com.

² Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas/CNPQ.

A imprensa³ local veicula matérias em torno da problemática dos adolescentes em conflito com a lei nas unidades de execução de medidas socioeducativas. Esta dá conta, superficialmente, da tensão vivida intramuros⁴, focando na dificuldade de fazer com que os adolescentes permaneçam para o cumprimento das medidas propostas nas diversas unidades.

O Sistema socioeducativo em Sergipe é composto por algumas unidades propostas para fins específicos de acordo com as medidas a serem adotadas. Dentre elas, o Centro de Atendimento ao Menor – CENAM; a Comunidade de Ação Socioeducativa São Francisco de Assis – CASE; a Unidade Socioeducativa de Internação Provisória - USIP; e a Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves – UNIFEM.

Nesse contexto diversificado e complexo, surge um interesse particular da pesquisadora pelas adolescentes mulheres. Na perspectiva de não me distanciar das leituras sobre o campo do gênero, pois foram a motivação para o mestrado⁵, a pesquisa também se justifica pela necessidade de compreender em que medida e qual forma as mulheres compõem esse contexto, ou seja, uma abordagem das questões envolvendo o desvio sob uma perspectiva de gênero e qual relação resultaria disso.

Situando a temática, a mesma busca compreender a relação dessas adolescentes com a composição do sistema socioeducativo, das suas relações familiares, do ponto de vista da legislação vigente, tentando compreender o outro, os fenômenos sociais sem, no entanto, a certeza de um saber proposto, mas de algo mais humano.

Assim, a pesquisa será feita a partir de dois recortes, grupo etário e gênero. O foco são as adolescentes internas e a proposta de investigação decorre sob três aspectos: Os atores envolvidos no sistema socioeducativo; A construção que as adolescentes fazem de suas práticas desviantes e a questão de gênero dentro e fora das instituições; As questões legais que regulam as instituições e como estas percebem as adolescentes infratoras.

³ De acordo com o Portal Infonet, no final de setembro e início de outubro, cerca de 40 socioeducandos fugiram do CENAM depois de várias rebeliões, deixando também um saldo de paredes quebradas, grades arrancadas e até um interno ferido. Com isso, a unidade socioeducativa está na mira do Ministério Público Estadual que já solicitou a sua interdição. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=149745> e <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=150185>, Acesso em 19.10.2013 às 19:38h.

⁴ De acordo com dados fornecidos pelo Batalhão de Choque de Sergipe, em 2013 foram mais de 25 solicitações para intervir no CENAM e USIP em decorrência de rebeliões, além de se manter, na época, um efetivo de 24h na porta da instituição.

⁵ Pesquisa de Mestrado do PPGS/UFS intitulada " MULHERES POLICIAIS NAS UNIDADES OPERACIONAIS DA PMSE: SURPRESAS E MOBILIDADES EM MEIO ÀS PRÁTICAS OSTENSIVAS", defendida em agosto de 2012.

O sistema socioeducativo em Sergipe é complexo e carece de pesquisas aprofundadas para uma maior visibilidade à problemática dos adolescentes em conflitos com a lei. Neste artigo, apresento os primeiros passos de uma investigação que começou em 2014 e traz como recorte a abordagem do sistema em relação às mulheres infratoras. Os contatos estabelecidos com a Unidade Feminina Maria do Carmo Alves, responsável pelo atendimento às adolescentes dão conta de um ambiente altamente rotativo, tornando a metodologia do trabalho em algo ainda mais desafiador.

O presente artigo é parte da pesquisa, em fase inicial, de doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Quando escrevi o mesmo estava na fase inicial do campo. O que está sendo discutido aqui dialoga com o processo de produção textual com vistas à qualificação do referido curso.

1. Marco teórico preliminar

Para fundamentar as questões da pesquisa propomos pensar a partir das noções de: juventudes, desvio, violências, crime, gênero e poder. Teorias sociológicas como a do desvio, de Howard Becker, tomado aqui como uma carreira construída a partir de práticas que fogem da norma estabelecida.

A construção das temáticas em torno das juventudes, atualmente, sugere uma série de imbricações. Novos modelos no mundo do trabalho⁶, as incertezas nas relações afetivas⁷ acarretam contextos sociais instáveis. De acordo com Dayrell (2007), não há uma determinação de quem é este jovem, pois o mesmo não vem pronto e acabado. Tal jovem vem se construindo e reconstruindo a medida em que estabelece relações sociais, mostrando-se como sujeito social.

As fases da vida de jovens estão conectadas aos problemas sociais enfrentados durante seu crescimento. Mas, para os adultos, os jovens terminam essa fase depois de passarem por atribuições caracterizadas de maior responsabilidade. O desemprego, um dos problemas sociais vivenciados pelos jovens, é um dos fatores relacionados à falta de habitação, por exemplo. Mas outros pontos são de extrema relevância e necessários para discutir. Os tipos diversos de trabalhos, empregos, aprendizagem, formação constituem um dos traços específicos da juventude de hoje (PAIS, 1990).

⁶ Richard Sennett apresenta uma reflexão interessante sobre as mudanças no mundo do trabalho, com sua flexibilidade e incertezas (SENNETT, 1999).

⁷ O sociólogo Zygmunt Bauman teoriza sobre a noção de modernidade líquida, tratando das fragilidades das relações humanas na sociedade atual (BAUMAN, 2004).

Por conseguinte, Pais (2003) propõe a construção de uma noção de juventude na qual se possa explorar não apenas as similaridades encontradas entre os grupos sociais jovens, mas também as diferenças sociais existentes entre eles.

A sociologia da juventude transita entre duas tendências: a definida por indivíduos pertencentes a uma faixa etária, buscando aspectos que fazem parte de uma cultura definida e uniforme. E em outro momento se pensa juventude como um conjunto social diversificado, com diferentes culturas, classes, economia, poder, entre outros (PAIS, 2003).

1.1. Juventudes e violências

Segundo Adorno (2002), os fatos da violência cotidiana estão elevados à categoria de um dos mais dramáticos problemas sociais, no Brasil, com sensíveis tensões em múltiplos planos para os quais se faça uma análise social. O autor aponta a violência como um campo com vários recortes temáticos, tornando-o bastante complexo.

Historicamente, a juventude se vê marcada por ser instável em relação aos problemas da sociedade, sendo muitas vezes rotulada como irresponsável. Quanto mais responsável se percebe em relação aos problemas do cotidiano, mais próximo de ser visto como adulto (PAIS, 2003). Na perspectiva de Abramo (1997), os jovens são geralmente vistos de uma forma negativa, com possíveis disfunções em torno das problemáticas sociais a eles associadas. De início, a juventude é vista como uma categoria social construída para quem se devem tomar atitudes de contenção, intervenção, sendo difícil estabelecer relação de troca e diálogo. Depois, como portadora de possibilidade de transformação social.

Desde a criação do Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA), promulgado em 13 de Julho de 1990, por meio da lei 8.069/1990, este se constitui como marco legal que dispõe sobre os direitos e deveres de crianças e adolescentes⁸. Consequentemente, a problemática dos jovens em conflito com a lei vem tomando proporções e contornos mais definidos no Brasil. Até então, as políticas eram descentralizadas e essa camada da população não obtinha visibilidade em seus conflitos cotidianos (PILOTTI, 2006).

Nas últimas décadas, vários estudos sobre jovens em conflito com a lei foram realizados no Brasil, visibilizando essa temática. As pesquisas têm trazido importantes contribuições, abordando questões como o perfil dos jovens, violência no cotidiano, rebeliões, fatores de riscos, tráfico de drogas, vulnerabilidade, pobreza, exclusão social

⁸ No artigo 2 do ECA “Considera-se criança para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (BRASIL, 2004).

(ALMEIDA e SILVA, 2004; ASSIS e CONSTANTINO, 2005; GALLO e WILLIAMS, 2005; MALVASI, 2014; PEREIRA, 2002; SILVA e GUERESI, 2003; TEJADAS, 2008; VICENTIN, 2005; VOLPI, 2006; ZALUAR, 2012).

Todavia, uma das intenções desta pesquisa é compreender as adolescentes em conflito com a lei, como elas aparecem neste contexto de criminalidade, aproximando da construção social da ideia de juventude, da produção do sentido que fazem disso, levando em conta outras dimensões e práticas com as quais estão envolvidas, tais como consumo de drogas, economia familiar, entre outros.

Outra intenção desta pesquisa centra-se na ideia da construção social do desvio. Não tipificando o desvio, mas procurando entender a construção social tanto da norma quanto do desvio (VELHO, 2003). Essas jovens internas são desviantes em qual sentido? São desviantes com relação ao uso de drogas, à prática de criminalidade? Ao padrão social normal de gênero aceito socialmente? Desse modo, a pesquisa objetiva compreender como as adolescentes em conflito com a lei, internas na Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves-UNIFEM, em Aracaju, constroem socialmente a ideia de desvio e como as temáticas de gêneros aparecem no ambiente de internação em meio às tensões cotidianas.

As situações conflituosas enfrentadas pelas adolescentes durante a apreensão, recondução, no convívio familiar, chegando muitas vezes à internação, são vistas como momentos substanciais vivenciados pelas mesmas, sem falar na falta de apoio aos egressos para voltar ao convívio social (SILVA e GUERESI, 2003). Porquanto, muitos deles são vistos socialmente sob uma visão estigmatizada de que são anormais, horrendos, disformes por conta dos atos violentos. Tomamos aqui a violência como uma dimensão da existência humana, algo interno à sociedade e à cultura. A violência como possibilidade de criação de limites e não apenas como destruição dos mesmos (BORDONARO, 2012).

Por se tratar de um objeto de estudo complexo, muitos são os questionamentos que surgem motivando a investigação. São também questões norteadoras da pesquisa: Como é o cotidiano das adolescentes da UNIFEM? Como se desenvolvem as relações de poder entre elas, família, a polícia e o sistema socioeducativo? De que modo à atuação policial dentro do sistema carcerário se ocupa dos adolescentes infratores? Quais subjetividades são construídas por essas adolescentes? Quais as dificuldades do sistema em resolver os conflitos? Quais os saberes produzidos?

O interesse, portanto, é dar visibilidade às questões nos diversos lados que compõem essa estrutura, dando ênfase à ótica das jovens, seus modos de existência e resistência e problematização da ordem social.

Para Zaluar (2012), a proposta é tentar entender a criminalidade violenta no Brasil com os fenômenos que se entrelaçam. Com isso, a necessidade de incluir outros fatores além da pobreza para explicar o aumento alarmante de crimes violentos entre jovens brasileiros desde a década de 1970. A pobreza, segundo a autora, tem impacto sobre a criminalidade, mas não é determinante para o crime. Mas, o trabalho, a falta dele; as relações de poder, ou seja, a exclusão. Já uma abordagem determinista, no entanto, excluiria a subjetividade e indeterminação. Outra forma de não colocar a pobreza como fator determinante, mas constitutivo, é através do gueto e seu caráter bifacetado, como aponta Wacquant (2008), pois de um lado se vivem divididos e apartados, por outro se tornam unidos e fortalecidos. Para o autor a função do gueto é controlar, mas também de integrar e proteger, ora sendo arma, ora sendo escudo.

1.2. Juventudes e drogas

Outra questão que permeia a temática da juventude é o problema da drogadição. Na tentativa de conhecer as diversas faces do tráfico, observa-se a diversidade de jovens convivendo com o tráfico e indiretamente se relacionando com o crime via diversas práticas, sejam elas afetivas, profissionais ou comunitárias. Através das zonas de contato, em seus pontos de conflitos, aparecem diferentes modos de regulação do cotidiano desses jovens, seja pela fragmentação das ações estatais ou pela a firmação de uma política de relações entre os próprios jovens (MALVASI, 2014).

Há, atualmente, uma proposta de mudança de foco nas questões dos jovens infratores, sugerindo que a detecção e tratamento precoce de transtornos psiquiátricos na infância podem ajudar na prevenção das infrações. Trata-se, portanto, da transição da criminalidade para problemas de saúde pública. Nesta mesma pesquisa aparece uma menção à participação feminina, referindo-se ao aumento na população de jovens em conflito com a lei, demonstrando um perfil de maior prevalência dos transtornos psiquiátricos, especificamente no quesito delitos violentos. Contudo, registra-se também o fato de não se saber muita coisa sobre a mulher infratora em seu período de adolescência. Outra colocação relevante na pesquisa é sobre a alta prevalência de alcoolismo parental, constituindo-se num fator de risco para comportamento antissocial, bem como o uso

inapropriado de substâncias psicoativas. A mesma pesquisa vem demonstrar, ainda, a grande importância de se voltar o olhar, fomentar políticas públicas voltadas para as questões de saúde, haja vista a necessidade de tratar um grande número de jovens com transtornos comprovados ao invés de tratá-los criminalmente (ANDRADE; ASSUMPÇÃO JR.; TEIXEIRA; FONSECA, 2011).

Para o plano teórico desta pesquisa, a possibilidade de entrar em contato com essas e outras reflexões sociológicas, as quais surgem no decorrer da pesquisa, e incorporá-las a este debate tão complexo, nos permitirá uma melhor compreensão da temática proposta.

1.3. Conhecendo as Instituições Totais

De início, faz-se necessário compreender o que significa uma instituição total. Para tanto, utilizamos os estudos de Erving Goffman de onde concluímos que as instituições socioeducativas podem ser caracterizadas como instituições totais⁹. Nelas os indivíduos são isolados da sociedade, tendo suas atividades concentradas, normatizadas e

[...] estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados (GOFFMAN, 1974, p. 17).

Os indivíduos são separados da sociedade por um período de tempo, estando em igualdade entre si. Tais grupos são submetidos a uma rotina rígida, horários inflexíveis, atividades coletivas, debaixo de autoridade rigorosa, tendo por finalidade mantê-los sob vigilância (GOFFMAN, 1974). Desse modo, nas instituições socioeducativas, a disciplina é rígida e têm por finalidade tornar os corpos submetidos ao regime em “corpos dóceis”¹⁰. Considerando, “O sucesso do poder disciplinar deve-se, sem dúvida, ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normatizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (FOUCAULT, 1977).

1.4. Relações sociais em meio às relações de poder

⁹ Instituição total definida como um lugar de residência e trabalho no qual um grande número de indivíduos, colocados na mesma situação, separados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam juntos uma vida reclusa cujas modalidades são regulamentadas de forma explícita e minuciosa (GOFFMAN, 1974).

¹⁰ Termo cunhado por Michel Foucault.

Sobre as sociedades modernas, estas se encontram em constantes mudanças, descontínuas e fragmentadas. A identidade muda conforme o sujeito é interpelado ou representado. Entretanto, a identificação não é automática, haja vista que nas diferentes identidades de um sujeito pode haver perdas e ganhos (HALL, 2003).

Os princípios culturais e sociais que norteiam a vida dos sujeitos estão cada vez mais heterogêneos. Estes estão expostos a convívios sociais diferenciados, com famílias fragmentadas, em múltiplos espaços nos quais encontram instituições, grupos e disputas diversas. O indivíduo é o produto de um complexo processo de socialização (DUBET, 2006; LAHIRE, 2002).

Guattari (1993) observa essas diversas perspectivas nas relações humanas que vão do sociocultural ao econômico, ao refletir sobre o termo subjetividades. Desta forma:

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se apropria dos componentes da subjetividade. (GUATTARI; ROLNIK, 2007).

No entanto, para pensar as subjetividades como mobilidade que reagem e dialogam, faz-se necessário a compreensão de como elas se definem, tanto nas condutas como os modos de resistência do sujeito em meio às relações de poder (Foucault, 1977).

Segundo Foucault (2003), a diferenciação do poder está no fato de alguns indivíduos poderem mais ou menos determinar a conduta de outros, entretanto, não de modo repressivo, usando força física, mas pelos atributos de dominação. Essa conjuntura de poder pode, desencadear, segundo o autor, resistência e recusa, quando não há sujeição de uma das partes aos propósitos estabelecidos dentro das relações. Isso contribui para tornar as relações de poder complexas e produtoras de outros poderes.

De acordo com Becker (2008) todos os grupos sociais formulam regras, as legitimam e as impõem em certos momentos. Quando há infração dessas regras por alguém do grupo, este é alocado como desviante. Contudo, esse desviante pode ter outra opinião sobre a mesma questão. Então, o desviante não está fora de sua cultura, mas diverge em determinadas situações (VELHO, 2003). Diante disso, há

a necessidade de acabar com a ruptura indivíduo/social ou cultural. Trata-se de reconhecer nos atos, aparentemente “sem significado”, “doentes”, “marginais”, “inadaptados” etc., a marca do sociocultural. [...] a integração de suas diferentes dimensões (VELHO, 2003 p. 28).

Velho (2003) aponta para conceitos rígidos de cultura, não absorvendo as complexidades das relações indivíduo-cultura-sociedade e tendem a uma homogeneidade

da qual emerge a noção de desvio, bem como a de inadaptção. Já conceitos mais flexíveis de cultura dão conta de um caráter mais dinâmico, multifacetado, os quais facilitam o entendimento das tensões e divergências como marcas tanto da cultura quanto do indivíduo. O desvio, portanto, passa a ser relacional, como parte da contradição da vida social. A produção de sentido sobre a norma e o desvio é vista como algo dinâmico, sem hierarquizações ou caracterizações. O autor ainda enfatiza que “o desviante é um indivíduo que não está fora de sua cultura, mas que faz uma leitura divergente” (VELHO, 2003, p. 27).

Ao dar enfoque à marginalidade, podemos observar como sendo um lugar de ruptura das estruturas sociais e se encontra em constantes mudanças. Lugar este, no qual os adolescentes devam ser mais bem considerados, a fim de se observar novas formas de organização social a partir dos mesmos (GUATTARI, 1987).

Isso se contrapõe a pouca importância dada às questões envolvendo adolescentes infratores. Para além de números, eles se tornam fontes importantes de pesquisa para a compreensão dos problemas e conflitos, sendo visíveis dentro das unidades de intervenção, mas originados para além dos muros.

1.5. Abrindo os debates sobre gênero

As reflexões sobre juventude suscitam formas de pensar e repensar outros termos das ciências sociais, dentre eles o gênero. As concepções de gênero têm ocupado lugar de destaque nas Ciências Sociais, contribuindo para o conhecimento das relações sociais. A partir do conceito no qual o gênero se refere aos aspectos relacionais, com um “caráter fundamentalmente social”, as noções tradicionais se alargam a fim de afastar-se dos tais determinismos biológicos, pois a construção social sobre os sexos é o que interessa ao gênero (SCOTT, 1988).

Em um texto mais recente, Scott (1999) coloca os termos de igualdade e diferença como parte de uma relação paradoxal, para os quais se levantam em um mesmo eixo questões como aceitação e rejeição da identidade de grupo quando se é discriminado. Desse modo, ao tempo que se nega também se reproduz demandas por inclusão.

Souza-Lobo (1991), por sua vez, observa a importância das análises que tem por objeto as práticas sociais nas quais as relações de gênero se constroem, são as relações que implicam, principalmente, nas hierarquias, ou seja, relações de poder constituídas em poderes nas sociedades.

Vivemos, portanto, cotidianos de muita informação e tecnologias disponíveis. Nestes, os indivíduos são capazes de contestar a ordem estabelecida produzindo sentido para as diversas coisas, transformando resistências em possibilidades de existências (FERREIRA, 2012).

2. Globalização: o olhar da diferença em uma unidade complexa

Neste momento, abordaremos, de modo introdutório, pois o debate é amplo, as problemáticas referentes à globalização. De certo modo, sob a perspectiva dos movimentos globalizados como uma lógica sistêmica que implica em fluxos e demandas diferenciados, dos quais resultam na articulação entre unidade e diferença, influenciando as condutas, por vezes, deslocadas e de forma processual.

2.1 Aspectos históricos

A problemática dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil está envolvida diretamente nas questões da globalização. Pensar a globalização como algo referente, tão somente, à atualidade é não compreender o que se convencionou chamar de um termo da contemporaneidade com raízes e implicações em outros contextos históricos.

Segundo Hall (2013), algo pouco difundido em relação ao período colonial é a ideia de mundo a qual outrora era centrada em identidades isoladas. A partir da colonização, as diferenças são constantemente reformuladas, remarcando posições dentro de um sistema discursivo. O autor refere-se à colonização com múltiplas inscrições em jogo. Na verdade, como enfatiza Velho (1995), essas mudanças, pensando num tempo mais recente da história da humanidade, remontam ao século XV e XVI ao se estabelecer diversos vínculos com quase todos os lugares no planeta através das grandes navegações.

Para Velho (1995), há modos específicos de recortar e construir a realidade. Para tanto, vemos complexos sistemas de controle e disciplinamento que criam novos modos de vida em sociedade, afetando diretamente a individualidade. As mudanças afetam as mais diversas áreas, tais como a econômica, as relações migratórias entre campo e cidade, a divisão do trabalho, alterando, assim, os modos de vida tradicionais.

O autor reconhece a importância desse movimento iniciado na expansão marítima do século XV, tomando maior proporção a partir do século XVIII. Foram criadas novas configurações sociais, complexas, nas quais há várias visões de mundo com papéis e domínios diferenciados, bem como uma alta valorização do indivíduo. Ao traçar um

paralelo entre a expansão capitalista e os individualismos produzidos nesse contexto, transitam as relações conflituosas, assim como transculturações bastante diferenciadas (VELHO, 1995, p.222).

Se voltarmos nossos olhares para os conflitos com adolescentes podemos encontrar nuances desses domínios diferenciados. De acordo com Feltran (2008), no início do século XX, o Brasil muda a perspectiva de trato com a problemática das crianças e adolescentes quando deixa de tratá-los sob a forma de um ser desviante, irregular para serem pensados como sujeitos que tem seus direitos violados e ameaçados. Antes, no início do século, eram tratados numa perspectiva higienista, na qual o Código de 1927 foi o primeiro documento no Brasil a se preocupar com as questões que envolvem menores infratores. A intenção, no entanto, era purificar a população infanto-juvenil que, em geral, era pobre. Tal limpeza, aos olhos estatais, contribuía para o avanço do país (MOTA E SANTOS, 2003; RIZZINI 2008).

Alguns autores têm nos ajudado a pensar o processo de globalização. Um deles é o sociólogo Zigmunt Bauman. Este também analisa as mudanças que ocorrem processualmente, definindo a fluidez e incertezas vivenciadas no mundo atual como sendo produto do que ele chama de “modernidade líquida”. Essa fluidez é interpretada como algo que se acomoda aos contornos existentes, dando novos sentidos ao que antes era rígido perante as forças que operavam socialmente (BAUMAN, 2001).

Tais processos, de acordo com Bauman (2001), dificultam a compreensão da ideia de liberdade por conta das dificuldades que ocorrem neles. O autor afirma que “uma parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva segregação e exclusão” (BAUMAN, 1999). As normas sociais vistas sob a ótica deste autor quando não se colocam devidamente claras, estão anômicas e anunciam a incapacitação dos indivíduos. Bauman interpreta a liberdade individual na atualidade sob o sentido de uma farsa, haja vista o estabelecimento das relações de poder e suas redes de dependências.

Estas relações podem ser pensadas nos espaços que Bhabha (2001) chamou de zonas de contato entre diferentes culturas e identidades, nas quais se estabelecem fronteiras. Estas podem ser vistas e apreendidas como espaços de negociação nos quais se estabelecem conflitos pelas relações de poder. Tais fronteiras adquirem um novo significado constituindo-se em espaço de negociação gerado por contatos entre diferentes culturas e identidades, promovendo estratégias de lutas e reivindicações em espaços e tempos que se entrecruzam.

Abre-se, portanto, na ótica desse autor, campo para agenciar as diferenças envolvidas no processo, de modo que se possa ampliar os discursos, retraindo as negociações em seus espaços de contestação.

Sobre algumas diferenças envolvidas no processo entre sistema socioeducativo, adolescentes e seus entornos, durante uma conversa informal com um cabo da Polícia Militar de Sergipe o qual trabalhou por vários anos no Centro de Atendimento ao Menor , foi possível realizar algumas observações. O mesmo relata inúmeros os problemas no sistema socioeducativo, tendo nas fronteiras que se estabelecem dentro da instituição espaço de contestação entre internos e agentes, por exemplo. Ele participou ainda da mudança de Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) para Centro de Atendimento ao Menor (CENAM), na qual aparece o atual Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) com a Lei 12.594/2012, apontando diversas interfaces nesse processo de mudanças, tais como problemas na equipe de agentes, antes contratados para o atuais concursados. Para o mesmo, a mudança não surtiu o efeito desejado.

2.2 Globalização como produtora de desigualdades

No intuito de ampliar o debate, Arjun Appadurai possui também um olhar problematizador sobre a questão da globalização, os impactos e efeitos produzidos na sociedade. Para ele, o mundo sempre foi global. Antes era regido por uma resistência cultural que impedia uma maior interação. Atualmente, vemos interações sob uma nova ordem e nova intensidade. O autor distingue a globalização como produtora de desigualdades, sob a ótica das relações de poder, exclusão e também de vitimização. Para ele, é necessário situar a desigualdade no terreno relacional , para o qual proporciona uma amplitude do olhar relacionada às novas formas de circulação, ou seja, ao movimento das coisas ao fluxo de suas necessidades (APPADURAI, 2004).

O autor aponta para uma teoria da ruptura, na qual meios de comunicação social e migração são pontos interligados. Ele vê na comunicação eletrônica um campo mais amplo no qual outros meios são desenvolvidos, transformando mundos e condutas prévias, assim como os indivíduos se apropriam do global em suas práticas cotidianas (APPADURAI, 2004).

Esses mundos e todos os modos de agir nas diversas ordens sociais nos remetem à questão cultural. Pode-se definir a teoria da cultura como o estudo das relações entre

elementos em um modo de vida global. Ela pode ser descoberta como reveladora de si mesma dentro ou subjacente a todas as práticas sociais que podem ser as descontinuidades de tipos inesperados. A análise da cultura é a tentativa de descobrir a natureza da organização na forma complexa desses relacionamentos (HALL, 2013).

A cultura é vista como algo entrelaçado a todas as práticas sociais, ou seja, atividade pela qual, homens e mulheres, fazem história com definições e modos de vida, com consciência e condições em torno do conceito de experiência. Dessa maneira, ambos apontam para uma leitura das estruturas de relações, tal como estas foram vividas e experimentadas. A experiência aparece como elemento chave, autenticadora em qualquer análise cultural. Portanto, nas experiências todas as práticas se entrecruzam e dentro da cultura todas as práticas interagem, mesmo de forma desigual (HALL, 2013, p.155).

3. Os primeiros olhares sobre o campo

Para problematizar nossos pressupostos, pensamos, inicialmente, em compor a pesquisa com base no universo total das internas¹¹. No entanto, há ainda a possibilidade de entrevistar egressos do sistema, tendo em vista meu trabalho como professora em uma escola municipal em Aracaju, na qual diversos alunos já passaram pelas unidades socioeducativas. A metodologia, portanto, se divide em duas etapas: primeiro, o levantamento bibliográfico sobre as questões ligadas ao tema (juventudes, poder, violência, gênero, criminalidade, tráfico) e segundo a inserção efetiva no campo. A UNIFEM localiza-se no bairro Médici em Aracaju e a escola municipal em um bairro da zona norte, também em Aracaju.

3.1 sobre a rotina da Unifem

Na fase inicial, no nível exploratório para a pesquisa, a inserção prévia ao campo foi feita junto à Fundação Renascer¹². Foi realizada então uma pesquisa prévia a fim de

¹¹ Contudo, a condição de interno constitui-se em fator de dificuldade para a aproximação e também a rotatividade delas na instituição.

¹² Atualmente responsável pela administração do CENAM/USIP além da Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves – UNIFEM e da Comunidade de Ação Socioeducativa São Francisco de Assis – CASE. Dados atualizados em março de 2013. Segundo a Fundação Renascer, órgão responsável pela administração do CENAM/USIP, há dificuldades em manter esses dados atualizados e organizados em períodos mais curtos (fugas??).

coletar dados¹³ gerais junto à fundação. Neles, apesar da falta de clareza, haja vista não haver dados quantitativos, apenas percentuais, podemos observar que: a maioria dos adolescentes que se encontram internados é oriunda de Aracaju e região metropolitana; o ato infracional mais cometido é o roubo, com 26% dos casos, seguido de tentativa de homicídio com 17%; o nível de escolaridade dos internos encontra-se com 64% no ensino fundamental incompleto e 27% no ensino médio; sobre etnia 34% se declaram pardos, 17% negros e 8% brancos; os dados ainda revelam que 59% dos internos se declaram consumidores de substâncias psicoativas; e que 82% dos jovens estão entre 16 e 18 anos, sabendo que a idade mínima para ingressar na instituição é de 12 anos. Com relação às mulheres, 27% reincidiram nos atos infracionais; que 33% delas se declaram negras e 67% pardas; e que no período de 2013, nenhuma das socioeducandas tinha filhos. Contudo, o documento chamado “Perfil dos adolescentes 2013”¹⁴ não revela o quantitativo de adolescentes em questão.

No início de 2015, estabeleci contato com a UNIFEM novamente. A direção da unidade mudou. Visitei a unidade e a diretora me foi bastante solícita, dispondo-se a contribuir com a pesquisa, com acesso às dependências, bem como ao cotidiano das internas. A comunicação fluiu tranquila, no entanto, foi uma conversa rápida, pois uma das internas entrara em trabalho de parto naquela tarde e a diretora esperava a condução da mesma à maternidade. Ela observou aquele momento como não sendo propício para uma visita pelas dependências por conta da chegada de cinco adolescentes, pois nos primeiros dias elas passam por um período de adaptação as regras e normas institucionais. Muitas vezes, chegam agressivas (pelo que entendi havia uma em particular causando inquietações). A mesma evidenciou, ainda, preocupação com questões referentes ao quadro funcional da instituição. A questão mais enfática foi a permanência de pelo menos uma mulher nos grupos de trabalho, haja vista as adolescentes nunca ficarem sozinhas com homens lá dentro.

Atualmente, a rotina da unidade é seguida através de um Quadro de Trabalho Semanal (QTS), documento importado das instituições militares e incluído nesse sistema

¹³ Os dados fornecidos aparecem apenas em termos de percentual, não revelando, por exemplo, quantos jovens compõem o sistema atualmente. Isso dificulta a amostra baseada no universo total.

¹⁴ Esses dados nos dão um conhecimento prévio do universo a ser investigado e foram coletados no ano de 2013. Todavia, desde maio de 2014, tento estabelecer contato direto com a UNIFEM e não obtive êxito até a entrega do projeto. Os dados que solicitei sobre as adolescentes femininas ainda não foram liberados. Por telefone, fui informada da mudança que ocorreu com a pessoa responsável por dados estatísticos na instituição. Por isso, os dados que obtive até agora são gerais.

na gestão de uma oficial da Polícia Militar a qual esteve a frente da instituição entre os anos de 2007 e 2009.

Nesse ponto, inserimos a metodologia do depoimento pessoal. Esta foi utilizada com o intuito de alargar a perspectiva de interpretação e compreensão das práticas que são desenvolvidas no cotidiano da instituição observada. Com o depoimento pessoal, o pesquisador tem a condução da entrevista na qual pretende identificar as trajetórias pessoais, além de esclarecer questões relativas às relações sociais no interior da instituição (QUEIROZ, 1988).

Então, entrevistada recentemente¹⁵, em março de 2016, a oficial¹⁶ revelou as inquietações, dificuldades enfrentadas à época em que foi gestora da UNIFEM, bem como questões na organização diária nas quais a vida das internas e equipe técnica foram beneficiadas. O esquema diário até hoje funciona e comporta horários de lazer, banho de sol, alimentação, oficinas diversas, repouso e cuidados com higiene e limpeza. Segundo a oficial,

O primeiro impacto de quando a gente chegou lá foi de total caos, [...]o cenário era catastrófico, estava tudo de pernas pro ar, cheio de rebeliões quase que semanais. O setor de coordenação pedagógica estava sem orientação. Tinha o setor psicológico e as psicólogas não sabiam trabalhar. E na verdade lá tinha uma equipe muito boa e capacitada[...] só que o que tava faltando era gestão, lá não tinha rotina, não tinha disciplina e a primeira coisa que a gente fez foi organizar a parte funcional através de diretrizes de trabalho[...] foi designado uma coordenadora pedagógica [...] dividimos todos os setores, adequamos os horários das equipes de trabalho e implantamos o QTS (Quadro de Trabalho Semanal) para instituir a rotina do local (Diretora 1).

Este breve relato nos coloca em sintonia com a instituição de há dez anos atrás. A entrevistada traz em seus relatos dados históricos relevantes que em outro momento serão melhor explorados. Por enquanto nos servem para fins de conhecimento da funcionalidade e rotina da unidade.

Ainda sobre minha visita, a então¹⁷ diretora se comprometeu em enviar um arquivo com os dados atualizados de 2014, ressaltando, apenas, a omissão dos nomes das internas por questões legais. Falei sobre o outro documento ora recebido no ano anterior e da incompletude dos dados e a mesma disse não ter conhecimento do mesmo, não podendo resgatar dados dos anos anteriores, apenas referentes a 2014. Um arquivo foi enviado, dias depois, no qual depreende-se que: Durante o ano de 2014, deram entrada na UNIFEM 34

¹⁵entrevista esta que será analisada com mais profundidade posteriormente.

¹⁶ A quem nomeei Diretora 1 para fins de pesquisa.

¹⁷ No decorrer do ano de 2015 a mesma teve que se afastar do cargo porque engravidou. Depois disso ainda não tive oportunidade de estabelecer contato com nova direção.

adolescentes; Destas 26% são reincidentes, ou seja, já cometeram outras infrações; 52,9% se declaram usuárias de drogas, mas o documento não especifica; As infrações mais cometidas ainda continuam sendo roubo com 73,5% dos casos, seguido de tentativa de homicídio com 11,7%; 88,2% delas estão cumprindo medida provisória e 11,7 medida de internação, sendo que 8,8% evoluíram para a medida de semiliberdade. A idade variou de 14 a 18 anos; 70,5% são da capital e 29,4% vieram dos interiores do estado; Sobre escolaridade 73,5% estão no Ensino Fundamental Maior e 23,5% no Ensino Fundamental Menor e uma delas não era sequer alfabetizada, perfazendo 2,9% do total. Ha ainda um dado interessante que se refere ao uso de remédios controlados, 17,64% fazem uso e uma das internas precisou ser transferida para uma clinica durante o ano.

Já temos aqui um panorama diferenciado na organização dos dados, se comparados ao documento anterior , haja vista o quantitativo. No entanto, muitos dados combinam entre si, quando comparados ao outro documento, por exemplo com relação à tipificação das infrações.

Desse modo, a inserção no espaço a ser estudado, bem como a confiança conquistada é parte importante do processo de pesquisa, dando ênfase à implicação sociológica (BECKER, 1994). O contato com os agentes do campo empírico permitirá a verificação dos dados coletados nas entrevistas, num sentido de complementaridade.

Conclusão

O presente artigo é fruto da pesquisa de doutorado em sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, em andamento. Os desafios são inúmeros dada a complexidade do objeto e refletir sobre conflitos com a lei na adolescência, com mulheres, traz uma série de imbricações sociais e sociológicas. Ademais, espera-se, ao longo da pesquisa, o aprofundamento que o tema requer.

Nesse momento, no entanto, tem-se nas intenções deste trabalho, algumas direções apontadas para o campo teórico da mesma. No campo empírico, observa-se uma discreta inserção, trazendo alguns dados sobre a instituição foco, a rotina das adolescente vista sob o olhar institucional , os tipos de infrações cometidos, a evolução das medidas, idade, escolaridade, o percentual de envolvimento com drogas e, ainda, algumas pontuações históricas sobre a referida unidade.

Portanto, demonstrou-se aqui o andamento da pesquisa, as primeiras incursões e impressões sobre o campo, aspectos da rotina das internas, assim como as abordagens teóricas e metodológicas que vêm constituindo a mesma.

Referências

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação. Número Especial: **Juventude e Contemporaneidade**, mai-jun-jul-ago/1997, nº 5; set-out-nov-dez/1997, nº 6. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1997. p.25-36.

ADORNO, Sérgio. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: Miceli, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)**. Vol. 4. São Paulo: Anpocs/Sumaré; Brasília: Capes, 2002.

ALMEIDA, M.; SILVA, R. **Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na FEBEM**. Revista Brasileira de Orientação Profissional. Ribeirão Preto, v. 5,n.1, p. 87-102, 2004.

ANDRADE, R.C.; ASSUMPCÃO JR. F.; TEIXEIRA; I.A.; FONSECA, V. A. **Prevalência de transtornos psiquiátricos em jovens infratores na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): estudo de gênero e relação com a gravidade do delito**. Revista Ciências e Saúde Coletiva 16(4): 2179-2188, 2011.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização: A modernidade sem peias**, Lisboa: Teorema, 2004.

ASSIS, S.; CONSTANTINO, P. **Perspectiva de prevenção da infração juvenil masculina**. *Ciências e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 81-90, 2005,

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**; tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

_____, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BECKER, Howard. Cap. 2 Problemas de inferência e prova na observação participante. In: **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. SP: Hucitec, 1994.

_____, Howard S. **Outsiders: estudo da sociologia do desvio**. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BORDONARO, L. “**Masculinidade, violência e espaço público:** notas etnográficas sobre o bairro Brasil da Praia (Cabo Verde)”, Revista Tomo, nº 21, 2012. p. 101-136.

BRASIL. **Lei nº 8.069, 13 jul. 1990.** Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. 3. Ed. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** In: Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DUBET, François. **El declive de la institución:** profesiones, sujetos e individuos em la modernidad. Barcelona: Gedisa Editorial, 2006.

FERREIRA, V. S. Resistência versus existência? A dimensão política das microculturas juvenis. In: Dayrell, J., Nogueira, M. A., Resende, J. M., & Vieira, M. M. (Orgs.). **Família, escola e juventude:** Olhares cruzados Brasil - Portugal (pp. 344-371). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977, 280 p.

_____, Michel. **A ordem do discurso.** 5 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____, Michel. **Estratégia, Poder-Saber.** Coleção Ditos e Escritos, v.4. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GALLO, A.; WILLIAMS, L. **Adolescentes em conflito com a lei:** fatores de risco para a conduta infracional. Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 87-97, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Manicônios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular. Pulsões políticas do desejo.** 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____, Félix. Da produção de subjetividade. In: PARENTE, A. **Imagem máquina:** a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. p. 177-191.

_____, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural:** os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MALVASI, Paulo Artur. **O domínio mental e a vida loka:** uma análise do dispositivo das drogas nas periferias de São Paulo. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA). Natal/RN, 2014.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno. **Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social:** em busca de uma teoria crítico-emancipatória de gênero. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS. 2008.

PAIS, J. M. **Construção sociológica da juventude – alguns atributos**. Analise Social, Vol.25, No. 105-106, p. 139-165. 1990.

_____, J. M. **Culturas juvenis** (2ª ed). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PILOTTI, F. Marco para el Análisis de las Políticas publicas Dirigidas a la Infancia. In: RIZZINI, Irene; CORONA, Ricardo Fletes; ZAMORA, Maria Helena; NEUMANN, Mariana (orgs.) **Niños, Adolescentes, Pobreza, Marginalidad y Violencia en América Latina Y Caribe: relaciones indisociables?** Centro Internacional de Estudios y Investigaciones sobre Infancia – CIESPI, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: Von Simson, Olga de Moraes (org.) **Experimentos com histórias de vida** . SP: Vértice, 1988.

SENNET, R. A **Corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, E.; GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com a lei**: situação do atendimento institucional no Brasil. Texto para discussão, 979.Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.

SCOTT, Joan. W. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991. Tradução do original: Scott, J. W. *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. *American Historical Review*. New York: Columbia University Press, 1988.

_____, Joan. Igualdade versus diferença: os estudos da teoria pós-estruturalista. In: **Cidadania e feminismo**: debate feminista. São Paulo: Melhoramentos, 1999, p. 203-222.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

TEJADAS, S. **Juventude e ato infracional**: as múltiplas determinações da reincidência. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2008.

VELHO, Gilberto. **Estilo de vida urbano e modernidade**. Revista Estudos Históricos, vol.8, nº 16, 1995, p. 227-234.

_____, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social/ Gilberto Velho, organizador. – 8 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

VOLPI, Mário. **O Adolescente e o Ato Infracional**. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

WACQUANT, Loïc. “A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo”In: Loïc Wacquant, **As Duas Faces do Gueto**. São Paulo, Boitempo, 93-105, 2008.

ZALUAR, Alba. **Juventude Violenta**: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de janeiro, vol. 55, nº 2, 2012, pp. 327 a 365.